



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (042) 3231.1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná  
C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail:camaracarambei@br10.com.br

## PROJETO DE LEI Nº 082/2008

Súmula: Promove alterações na Lei 400/05, na forma que especifica:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal de Carambeí, sanciono a seguinte:

### LEI:

Art. 1º - Fica alterado o § 5º do art. 1º da Lei nº 400/2005, acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 588/08, conforme segue:

§ 5º - O Servidor perderá o benefício, nos seguintes casos:

- I - Cessação da deficiência do assistido;**
- II - Solicitação expressa do beneficiário;**
- III - Morte do assistido;**
- IV - Deixar o servidor de submeter-se a reavaliação anual;**
- V - Laudo médico atestando a desnecessidade de manutenção do benefício;**
- VI - Quando da prática pelo servidor de qualquer atividade com ou sem fins lucrativos alheia aos cuidados com o assistido.**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 19 de novembro de 2008.

  
PATRÍCIA KREMER  
PRESIDENTE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.G.C. (M.F.) 01.613.765/0001-60

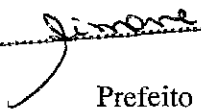
Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 231-1866 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

## PROJETO DE LEI Nº 082/2008

CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria

Protocolado sob nº 082/08  
Em 04/11/2008

**SÚMULA:** Promove alterações na Lei 588/08, na forma que especifica:

 A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal de Carambeí, sanciono a seguinte:

### LEI

**Art.1º**- Fica alterado o artigo 1º § 5º, da Lei Municipal nº 3588/08, conforme segue:

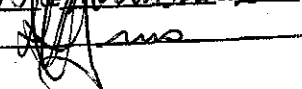
§5º - O servidor perderá o benefício, nos seguintes casos:

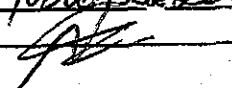
- I- Cessação da deficiência do assistido;
- II- Solicitação expressa do beneficiário;
- III- Morte do assistido;
- IV- Deixar o servidor de submeter-se a reavaliação anual;
- V- Laudo médico atestando a desnecessidade de manutenção do benefício;
- VI- Quando da prática pelo servidor de qualquer atividade com ou sem fins lucrativos alheia aos cuidados com o assistido.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ,  
EM 03 DE NOVEMBRO DE 2008.**

  
**OSMAR RICKLI**  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRA VOTAÇÃO**  
APROVADO POR Unanidade  
Em 13 de Novembro de 2008  


**SEGUNDA VOTAÇÃO**  
APROVADO POR Unanidade  
Em 16 de Novembro de 2008  


# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ**

C.N.P.J. (MF) 01.613.765/0001-60 Rua das Águas Marinhas, 450 – Centro – Fone: (42)  
231-1866 – CEP 84.145-000 – Carambeí - Paraná

## **JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI Nº /2008**

Atualmente o Executivo Municipal conta com aproximadamente 360 servidores para atender todas as unidades da administração municipal.

Destaca-se ainda que existem vários servidores da administração municipal que gozam da redução de carga horária para assistirem dependentes ou ascendentes portadores de deficiência.

Salientamos que a modificação do §5º do art. 1º é imprescindível para que se garanta ao assistido a dedicação do servidor.

Entendemos que a Lei 588/08 tem como finalidade maior a garantia ao assistido a uma vida mais digna, não podendo ser forma de com a argumentação de possuir um dependente com deficiência o servidor se beneficie da redução para ter outra atividade que se distancie do objetivo da Lei.

Pelos motivos acima expostos estamos cientes da aprovação do presente projeto de lei.



OSMAR RICKLI

PREFEITO MUNICIPAL



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná

C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambei@br10.com.br

1

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 82/2008

**Súmula:** Promove alterações na Lei 588/08, na forma que especifica.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

O PODER EXECUTIVO submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafado que *“Promove alterações na Lei 588/08, na forma que especifica”*.


Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo assinala, em síntese, que *“entendemos que a Lei 588/08 tem como finalidade maior a garantia ao assistido a uma vida mais digna, não podendo ser forma de com a argumentação de possuir um dependente com deficiência o servidor se beneficie da redução para ter outra atividade que se distancie do objetivo da Lei”*.

Ademais, cumpre destacar que o art. 7º da Lei Orgânica do Município dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Por sua vez, o inciso XXIX, do art. 56, do mesmo diploma legal, menciona que compete ao Prefeito Municipal dispor sobre a estruturação e a organização dos serviços municipais observadas as normas legais pertinentes, (...) submetendo à apreciação do Legislativo.

Com estes fundamentos, a Proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade e legalidade, manifestando-se, esta **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 82/2008, nos termos da EMENDA DE REDAÇÃO em apenso, *reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário*.

SALA DAS COMISSÕES, em 13 de novembro de 2.008.

  
**Vereador INACTO POVAZ FILHO**  
Presidente

**Vereador ADALBERTO J. P. de O. FILHO**  
Membro

  
**Vereador ROQUE DO AMARAL**  
Membro